

N. 98 - JUNHO 2015

CRESSRS

Jornal do Conselho Regional de
Serviço Social - 10ª Região

INFORMA



9º Encontro Gaúcho de Assistentes S
ssistente Social at... es, competência... esa das políca
e 16 de maio de 20... Auditório Dante Bar... Assembleia Legisla

9º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais reuniu mais de 800 pessoas

Páginas 4 a 9

Cress Informa
Edição N. 98 – Junho 2015

DIRETORIA

Presidente: Alberto Moura Terres
Vice-Presidente: Agnaldo Engel Knevez
I Secretário: Tiago Martinelli
II Secretário: Bruna de Souza Machado
I Tesoureira: Suely Silva Santos
II Tesoureira: Aline Aiko Yoshida Galvão
I Suplente: Joice Eliane Lopes da Silva
II Suplente: Rosângela da Silva Almeida
III Suplente: Alexandre Onzi Pacheco
IV Suplente: Loiva Terezinha Dietrich
Licenciado: Jorge Og de Vasconcelos Jr.

CONSELHO FISCAL

I Titular: Loiva Mara de Oliveira Machado
II Titular: Vilma Pimentel Siqueira
III Titular: Roberta Rama de Brito
I Suplente: Janaína Dorneles de Quadros D'Ávila
II Suplente: Lizandra Hoffmann Passamani
Licenciada: Mariléia Goin

SECCIONAL DE CAXIAS DO SUL

Coordenadora - Vanisa da Silva Raber
Secretária - Heloisa Teles
Tesoureira - Jaqueline Grandi
I Suplente - Daiana Maria Batista

SECCIONAL DE PELOTAS

Coordenadora - Caroline Lemos Segovia
Secretária - Roberta Borges Mello
Tesoureira - Gisele Hillal da Silva
I Suplente - Lisiane Oliveira da Silva
II Suplente - Tanafá Silva da Silva

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Agnaldo Engel Knevez, Rosângela da Silva Almeida,
Caroline Lemos Segovia e Katia Marko
Jornalista responsável: Katia Marko (DRT/RS 7969)
Redação e Fotos: Katia Marko, Marcela Brandes
e Mariana Pires
Diagramação: Marcelo Souza e Nádia Alibio
(Engenho Comunicação e Arte)
Impressão: Gráfica Pallotti
Tiragem: 8 mil exemplares

EDITORIAL

Como entidade representativa das/dos Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul, o GRESSRS objetiva cumprir sua função precípua de Orientação e Fiscalização do exercício profissional, baseado no Projeto Ético Político da categoria, tendo como propósito defender e fortalecer a formação e o exercício da profissão de Serviço Social.

Nessa linha, esta edição do InformaGRESSRS traz as principais ações que o Conselho realizou nos últimos seis meses da gestão: *O GRESSRS somos tod@s nós!*. O trabalho desenvolvido visou concretizar as deliberações 43º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado entre os dias 18 a 21 de setembro, em Brasília; o plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior; e princípios ético-políticos da profissão.

Em consonância com esses propósitos, foram realizadas diversas ações na perspectiva da defesa da competência profissional e na defesa e luta pela garantia da proteção social nas políticas públicas, calcadas na luta e militância geral dos/as trabalhadores/as, nos direitos humanos, na democracia, na participação política, na equidade e justiça social e na qua-

lidade dos serviços prestados à população.

Nessa caminhada, destacamos as diferentes reflexões e ações políticas dos Grupos de Trabalho, das Comissões e das Seccionais do GRESSRS, bem como os debates e capacitações dos NUCRESS do Estado, que procuram contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na perspectiva da materialização dos direitos e fortalecimento da profissão.

Seguindo na luta e com muita satisfação realizamos no dia 15 de maio Seminários Temáticos e nos dias 15 e 16, o 9º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais, com o tema: "Assistentes Sociais: Atribuições, Competências e Defesa de Políticas Públicas", momento ímpar e democrático, que contou com uma equipe de organização ampliada (GRESSRS, ABEPSS, ENESSO, FESSS, Assistente Social de base e estudantes das UFAs), e englobou aproximadamente 800 pessoas, entre profissionais e estudantes de Serviço Social e outras categorias.

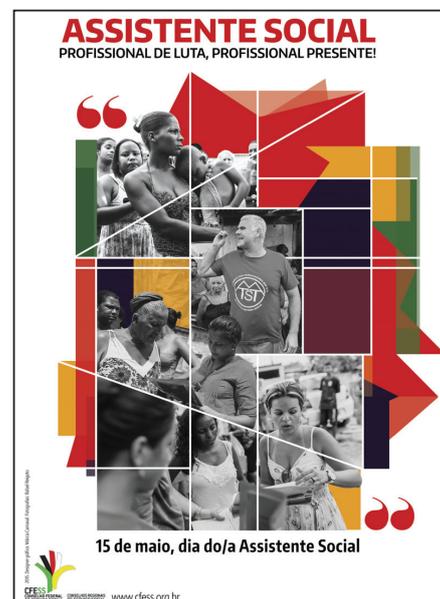
Para finalizar, gostaríamos de reafirmar o convite à participação ativa e ao envolvimento da categoria com o GRESSRS, pois entendemos que **"um Conselho forte depende de você!"**

#vemprograss.

Gestão "O GRESSRS somos tod@s nós!"

Campanha do Dia do/a Assistente Social 2015 destaca trabalho na defesa das políticas públicas e na luta por direitos humanos

Anualmente, o Conjunto CFESS-CRESS realiza a campanha do Dia do/a Assistente Social, celebrado em 15 de maio, que tem como objetivo dar visibilidade à profissão e suas bandeiras de luta. O tema de 2015 do Dia do/a Assistente Social vem valorizar a categoria profissional e destacar seu trabalho na defesa das políticas públicas e na luta por direitos humanos. O GRESSRS divulgou a campanha em busdoors em Caxias do Sul, Pelotas e Porto Alegre e também em dois outdoors na Capital.



GRESSRS

Rua André Belo, 452 - 1º andar - Menino Deus
CEP: 90110-020 - Porto Alegre/RS
Tel./Fax: (51) 3224-3935 - COFI 3225-3618
cress10@terra.com.br / cress@cressrs.org.br

**Nos encontre na rede
www.cressrs.org.br**



CRESS10



@cressrs

| ACONTECENDO |

Grupos de trabalho e Comissões debatem temas importantes para a profissão

Desde a posse da gestão “O CRESS somos tod@s nós!”, os Grupos de Trabalho (GTs) e Comissões são uma prioridade do Conselho. Com reuniões mensais, os grupos têm caráter temático e são regulamentados por resoluções. Foram criados com a finalidade de discutir e problematizar temas importantes nas áreas correlatas ao exercício profissional do/a assistente social. Esses espaços organizativos possibilitam que os profissionais socializem experiências, elaborem proposições coletivas para qualificar as políticas públicas e serviços e demandem ações ao conjunto CFESS/CRESS.

Confira a agenda de 2015 e participe!



Comissão de
ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

DATAS: 06/07 - 17/08 -
14/09 - 19/10 - 16/11 - 07/12
HORÁRIO: 16H ÀS 18H



Comissão de
FORMAÇÃO PROFISSIONAL

DATAS: 04/07 - 08/08 -
9H - ENCONTRO VIRTUAL
(VIA SKYPE) - 19/09 -
06/10 - 14H - ENCONTRO
DESCENTRALIZADO - UPF
- 14/11 - 05/12
HORÁRIO: 9H ÀS 12H



GT Serviço Social na
SAÚDE

DATAS: 10/07 - 14/08 -
11/09 - 13/11 - 11/12
HORÁRIO: 14H ÀS 16H



GT Serviço Social na
ASSISTÊNCIA SOCIAL

DATAS: 13/07 - 10/08 -
14/09 - 05/10 - 09/11 - 14/12
HORÁRIO: 17H



GT Serviço Social na
PREVIDÊNCIA

DATAS: 02/07 - 06/08 - 03/09
- 01/10 - 05/11 - 03/12
HORÁRIO: 18H



GT Serviço Social
SÓCIO JURÍDICO

DATAS: 26/06 - 28/08 -
25/09 - 30/10 - 27/11
HORÁRIO: 9H ÀS 12H



GT Serviço Social na
EDUCAÇÃO

DATAS: 02/07 - 06/08 -
03/09 - 01/10 - 05/11 - 04/12
HORÁRIO: 16H ÀS 18H

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL

O CRESS - 10ª região convoca as/os Assistentes Sociais para a Assembleia Geral.
Local: **Auditório do CRESS** - 10ª (Rua Coronel André Belo, 452 - 1º andar, Menino Deus - Porto Alegre - RS.
Data: **26/06/2015** Horários: **1ª Convocação às 18h** e **2ª Convocação às 18h30**.

Ordem do dia:

1. Relatório de Atividades (Relatório de Gestão) de 2014;
2. Apresentação da Prestação de Contas e Parecer do Conselho Fiscal do ano de 2014;
3. Apresentação da Prestação de Contas e Parecer do Conselho Fiscal do primeiro semestre de 2015;
4. Escolha das/os Delegadas/os para a participação do Encontro Descentralizado da Região Sul e do 44º encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS;
5. Assuntos Gerais.

Porto Alegre, 03 de junho de 2015.
Alberto Moura Terres - AS nº 7810 - CRESS - 10ª região - Presidente



Seminários Preparatórios antecederam 9º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais

Com o tema “Serviço Social na Política de Atenção Básica”, o seminário organizado pelo GT Serviço Social na Saúde abriu o dia de debates temáticos pré 9º EGAS. Esta foi uma inovação da Gestão “O CRESS Somos Tod@s Nós!”.



Na manhã do 15 de Maio, Dia da/o Assistente Social, o seminário da Saúde reuniu cerca de 150 assistentes sociais e residentes no Auditório do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. A mesa de abertura contou com a saudação do presidente do CRESSRS, Alberto Terres, da presidente do Conselho Estadual de Saúde/RS, Célia Chaves, do presidente do SindBancários, Everton Gimenes e do representante da ENESSO Michael Lampert.

Também participaram como palestrantes a A.S Ms Lucia Rublescki Silveira e a Dra Berenice Rojas Couto. Ao longo da manhã, o plenário foi dividido em grupos de trabalho. Na tarde, aconteceu uma mesa redonda com apresentação dos relatos produzidos nos GTs.

Para o presidente do CRESSRS, Alberto Terres, ficou evidente nos debates a necessidade da inclusão do AS nas equipes de Atenção Básica, a luta urgente contra a privatização e a terceirização na saúde e a defesa da manutenção e ampliação da Reforma Psiquiátrica.

Confira as conclusões do seminário:

1. Manifestação contrária ao desmanche que está acontecendo na Política de Saúde Mental do Estado do RS. Apoio à luta pela manutenção e ampliação da Reforma Psiquiatria.

2. Importância de trazer para o debate da categoria a grande presença hoje de AS em Programas de Residências. Garantia da qualidade desses Programas de Residências e que as mesmas não substituam os/as trabalhadoras na APS. CRESSRS realizar no 2º semestre de 2015 evento para discutir a Formação em Saúde (Programa de Residência, PET Saúde, etc.).

Debater a importância do sistema de saúde criar estratégias de absorção desta mão de obra especializada formada no próprio SUS.

3. Profissionais de alta complexidade se manifestaram apontando que a falta de AS na Atenção Básica dificulta o acesso a direitos dos usuários.

4. Muitos questionamentos em relação a quantidade da ESF, no entanto, foi deferida a importância da reorientação do sistema a partir da Atenção Básica. Inclusive com a ampliação de cobertura para os territórios urbanos e rurais.

5. Defesa de uma Atenção Básica com a gestão dos municípios. Não concordância com a privatização e/ou terceirização, impedindo a precarização deste espaço de trabalho.

6. Importância da Atenção Básica como espaço profissional, baseado em trabalho de equipe multiprofissional na direção da clínica ampliada.

7. Constatação da falta de AS na AB o que tem dificultado dar visibilidade ao trabalho.

8. Importância de reforçar a luta dos AS nos espaços coletivos.

9. Defesa dos AS na AB. No entanto o seminário apontou para dois espaços profissionais: Equipe de referência e NASF.

Também foram apresentadas (em grupos diferentes) duas propostas.

- Necessidade da existência de perfil populacional dos territórios para reconhecimento dos espaços profissionais dos AS. Ao mesmo tempo existe os riscos desses espaços serem encaminhados pelos gestores e não retratarem a realidade.

- Não existe a necessidade de serem pautados esses perfis, uma vez que o entendimento de saúde como condicionada por determinantes sociais, já comprova a necessidade de AS nas equipes de referência da Estratégia de Saúde da Família.

Por fim, foi apontada a necessidade de aprofundar o debate de qual deva ser o espaço profissional dos AS na atenção básica com o indicativo de que se defina qual modelo de saúde a categoria defende. Este debate deve ser ampliado para espaços com outras categorias.

Seminário destaca a importância da defesa dos Direitos Humanos nos locais de atuação das/os assistentes sociais

Durante a tarde do dia 15 de Maio foram realizados mais três seminários preparatórios ao 9º EGAS. O Anfiteatro do Forte do Palacinho do Ministério Público recebeu cerca de 178 pessoas entre profissionais e acadêmicos para o Seminário da Comissão de Ética e Direitos Humanos.

A mesa de abertura contou com a presença do vice-presidente do CRESSRS e coordenador da Comissão de Ética e Direitos Humanos, Agnaldo Engel Knevez, do presidente do CRESSRS, Alberto Terres, da Conselheira do CFESS, Maria Bernadette Medeiros, da promotora de Justiça do Ministério Público, Dra. Veleida Doecke, da representante da Comissão Organizadora do Seminário, AS Iaraí Strossi, e do acadêmico Michael Lampert, representando Enesso e Fess.

Logo após, com o tema “Serviço Social e Direitos Humanos”, o debate contou com a conferencista Profa. Dra. Beatriz Gershenson, mediado pela AS Lisarb Valéria Montes D’Oco. Em sua fala, Beatriz buscou trabalhar a relação intrínseca entre a profissão e os Direitos Humanos. Ressaltou a defesa dos

Direitos Humanos a partir dos locais de atuação das/os assistentes sociais, ou seja, trazendo situações das diversas políticas públicas.

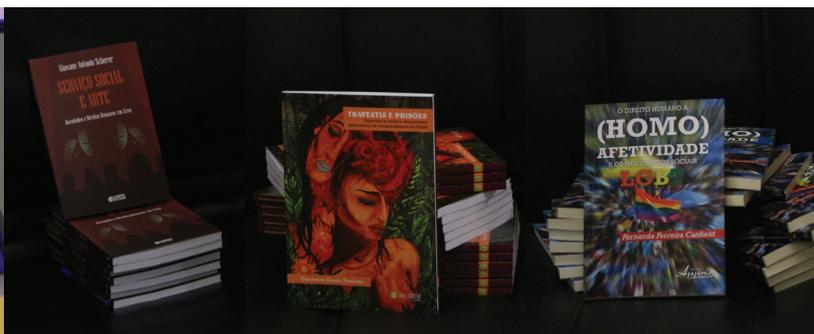
A professora chamou a atenção para nos mantermos críticos, e não nos deixarmos “engolir” pelo cotidiano dos espaços sócios ocupacionais. “Assim poderemos nos configurar como profissionais de luta, que lutam pela indivisibilidade dos Direitos Humanos.” Também trouxe a reflexão de nos atermos ao que é importante e não simplesmente ao que é urgente, para nos mantermos vigilantes para a transformação da realidade que intervimos.

Segundo a intervenção de participantes, a conferência situou e comprometeu. “Nos situa como defensores de Direitos Humanos a partir dos espaços de atuação, através de um atendimento articulado, em rede e in-

terretorial para a garantia de um atendimento integral, e nos compromete ou nos convoca para a continuidade da luta pela Defesa Intransigente dos Direitos Humanos.”

Na sequência, foram apresentadas três obras de Assistentes Sociais autores gaúchos: A.S. Guilherme Gomes Ferreira apresentou o livro “Travestis e Prisões: Experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil”, a A.S. Fernanda Canfield apresentou o livro: “O Direito Humano a (Homo) afetividade e os Movimentos Sociais LGBT” e o A.S. Giovane Antônio Scherer apresentou o livro “Serviço Social e Arte: Juventudes e Direitos Humanos em Cena”.

Por fim, ocorreu a apresentação de relatos de experiências através da exposição de banners, um coffee break e momento cultural.



9º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais ressaltou a defesa dos direitos humanos e das políticas públicas

Fruto de uma construção coletiva, o 9º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais (EGAS) reuniu mais de 800 profissionais e estudantes no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa.

De forma inédita, o encontro iniciou na manhã de sexta-feira, 15 de Maio, Dia da/o Assistente Social, com os Seminários Preparatórios dos Grupos de Trabalho e Comissões do GRESSRS. Com o tema "Assistente Social, atribuições, competências e defesa das políticas públicas", o 9º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais foi aberto na sexta-feira à noite com apresentação artística do Grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da FASC, seguido de mesa de abertura com as falas da conselheira do CFESS, Maria Bernadete, do presidente do CRESS, Alberto Terres, da vice-presidente da regional Sul1 da ABEPSS, Mailiz Garibotti Lusa, do coordenador da Região 6 da ENESSO, Cássio Tondolo, e da representante do FESSS, Marina Caetano, entidades que participaram de todo o processo de construção do encontro.

A Conferência de Abertura 'Estado de Proteção Social X Estado Mínimo: Como se movimentam os AS nesta arena?', contou com as conferencistas Profa. Dra. Aldaíza Sposati (PUCSP) e Profa. Dra. Berenice Rojas Couto (PUCRS) e mediação do Prof. Dr. Tiago Martinelli (GRESSRS/UFRGS). O debate foi bastante aplaudido pelo auditório lotado.

A Professora Dra. Aldaíza Sposati iniciou sua fala destacando sua gratidão em compartilhar a mesa com a professora Berenice Rojas, a quem conhece há muito tempo. Um tempo, segundo ela, no qual se lutava fortemente para que as políticas sociais pudessem existir e ter uma marca de ascensão da cidadania para todos os segmentos. "Quando vinha para cá, passamos pela vila Plane-



tário, e lembrei quando se implantou no governo municipal de Olívio Dutra, e que ficou como uma marca da resistência popular que não admitiu ser chutada da área central da cidade e que sua morada não fosse num lugar térreo", destacou.

Segundo ela, estamos vivendo um processo massacrante em que conquistas sociais são taxadas como propostas eleitoreiras, um modo de ver que reproduz um processo de colonização conservadora e que coloca em risco conquistas históricas. "Precisamos reconhecer o que se construiu, como por exemplo, o SUAS, que está amplamente presente nos municípios. Estas conquistas tem um alto significado na vida da população." A professora discorreu sobre o papel das/os assistentes sociais na defesa das políticas públicas e sua preocupação quando profissionais se colocam contra conquistas como o Bolsa Família.

A professora Dra. Berenice Rojas Couto destacou que o Projeto Ético Político foi escrito pelos assistentes sociais e que é necessária uma teoria crítica para entender a sociedade. "Toda a lógica conservadora e da elite é para nos imobilizar para que não contestemos o que está acontecendo. Eles querem

destruir tudo o que conquistamos em políticas sociais", salientou.

Berenice afirmou ainda que todas as nossas produções são em defesa de mais direitos sociais e nenhum assistente social pode negar direitos. Os sistemas de proteção social são produto das nossas lutas cotidianas. "Não podemos desistir de lutar com a classe trabalhadora para resistir à retirada de direitos. Estamos dando muitos passos atrás."

Garantir o Controle Social para construir Políticas Públicas

Com auditório cheio, o segundo dia do 9º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais (EGAS) iniciou com um vídeo em homenagem ao escritor Eduardo Galeano, na manhã do sábado, 16 de Maio. O primeiro painel discutiu "A realidade das Políticas Públicas no RS e o Serviço Social neste cenário", com a presença do Prof. Dr. Marcos Rolim e a Profa. Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes, com mediação da Profa. Dra. Mailiz Garibotti Lusa.

Para Rolim, vivemos um período de crise no país, em todos os âmbitos, o que



dificulta a criação de políticas públicas sociais. Sobretudo, perante a um Congresso Nacional extremamente reacionário. O prof. mencionou a força da Bancada BBB (Bala, Boi e Bíblia), que trabalha no retrocesso em conquistas já garantidas por lei e pela luta da sociedade.

Ele afirmou que a cultura de participação popular e de controle social democrático das políticas públicas neste país não é algo consolidado e, longe disto, está também, a prática participativa dos Conselhos Municipais (CM) e das Instâncias de Controle Social. E que, dentro deste contexto tão duro, é necessário pactuar e negociar no processo de controle social.

Desafios no RS

Os desafios do RS, de acordo com Rosa Maria, é reconhecer que a participação social e o controle popular não estão consolidados no Brasil. “Longe disso, a prática participativa dentro dos conselhos municipais e entidades representativas não funciona nem nos nossos locais de trabalho. Como nós, assistentes sociais, garantimos a participação dos usuários na avaliação das políticas sociais?”, provocou a profa. Para ela, a assistência social deve realizar o trabalho na ponta para que realmente tenha transparência no controle social e no serviço público brasileiro.

Mitos da Redução da Maioridade Penal

O maior exemplo e talvez o mais perigoso dos retrocessos, é a redução da maioridade penal de 18 pra 16 anos, que está sendo articulada pelo líder do Congresso Nacional, Eduardo Cunha (PMDB). A entrada antecipada no falido sistema penal brasileiro expõe adolescentes à reprodução da violência. As taxas de reincidência nas penitenciárias são de 70%, enquanto no sistema socioeducativo, estão abaixo de 20%.

O ECA prevê seis medidas educativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Recomenda que a medida seja aplicada de acordo com a capacidade de cumpri-la, as circunstâncias do fato e a gravidade da infração.

Muitos adolescentes, que são privados de sua liberdade, não ficam em instituições preparadas para sua reeducação, reproduzindo o ambiente de uma prisão comum. E mais: o adolescente pode ficar até nove anos em medidas socioeducativas, sendo três anos interno, três em semiliberdade e três em liberdade assistida, com o Estado acompanhando e ajudando a se reinserir na sociedade.

Não adianta só endurecer as leis se o próprio Estado não as cumpre. Para Rolim, “o que está em jogo hoje são as parcerias público-privadas, que aumentam a lucratividade das empresas em detrimento do serviço público”. Estas leis retrógradas no Congresso servem apenas para favorecer um lado da moeda, o capital, em detrimento de investimento na políticas sociais.



Grupo Levanta Favela contribuiu com roda de conversa

À tarde, o 9º EGAS iniciou com uma esquete teatral do Grupo Levanta Favela que oportunizou um rico debate sobre a realidade vivenciada pelas/os assistentes sociais nas diversas políticas sociais em que atuam. A esquete expressou as relações visíveis e invisíveis nas cidades experimentadas pelos cidadãos e a visão de movimentos organizados na defesa de direitos.

A Roda de conversa “Atribuições e Competências: Diálogos Intersetoriais” ficou bastante motivada pela apresentação e além da participação da Profa. Dra. Míriam Thaís Guterres Dias (UFRGS), Dra. Silvia da Silva Tejedas (MPRS), AS Ms. Léa Maria Ferraro Biasi, AS Neide Oliveira de Lara e a AS Anahi Melgaré (INSS) mediado pela Profa. Dra. Marilene Maia (FESSS/UNISINOS), contou com diversas assistentes presentes na roda no palco e nas intervenções.

O encontro foi finalizado com relatoria da

Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva (UCPEL) dos principais pontos de discussão. Na mesa de encerramento, participaram a conselheira do CFESS, Maria Bernadete, o vice-presidente e a conselheira do CRESS, Agnaldo Engel Knevitiz e Loiva Machado, a vice-presidente da regional Sul1 da ABEPSS, Mailiz Garibotti Lusa e a acadêmica Tailise Almeida, o coordenador da Região 6 da ENESSO, Cássio Tondolo, e a representante do FESSS, Marilene Maia.

Em suas falas finais, as entidades destacaram os compromissos firmados com o Projeto Ético-Político da profissão, com o enfrentamento ao sistema gerador das desigualdades, com a luta pela garantia dos direitos humanos/sociais, com a afirmação de políticas públicas que sejam experiências potentes de construção de uma outra lógica de desenvolvimento e relações, enfrentando o conservadorismo, a fragmentação e a mercantilização em vigência.

Para encerrar com alegria e bastante disposição para a luta, o encontro finalizou com um Coffee Break e a apresentação ao vivo de Manon Galisteo e Ricardo Cordeiro (voz e violão). O 9º EGAS foi com certeza um momento de renovação de utopias, com excelentes contribuições e experiências contextualizando o cenário atual e os desafios postos ao exercício e à formação profissional.

O CRESSRS quer agradecer a todos que contribuíram para fazer do 9º EGAS um grande encontro, conselheiros, funcionários, profissionais e estudantes que trabalharam de forma solidária no credenciamento e produção. E também aos representantes das entidades, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO e o Fórum Estadual de Supervisão de Estágio em Serviço social - FESSS que acreditaram e apostaram na construção coletiva.





Debate aponta retrocessos e perdas de direitos da classe trabalhadora

O GT Serviço Social na Previdência promoveu o Seminário “Retrocesso e perdas dos direitos sociais da classe trabalhadora” com a presença de cerca de 50 assistentes sociais, no Auditório do GRESSRS.

O seminário destacou o papel das assistentes sociais frente aos retrocessos e perdas de direitos atuais. A mesa foi composta pela Dra. Marilinda da Conceição M. Fernandes, advogada especialista na área previdenciária e assessora do SINDISPREVRS, pela Dra. Dolores Sanches Wünsch, do Departamento de Serviço Social da UFRGS, e Jorjão Moreira, diretor do SINDISPREVRS.

A Dra. Marilinda falou sobre os direitos previdenciários e sociais na conjuntura internacional e nacional. Segundo ela, o momento vem se caracterizando por uma perda sistemática e pela ausência de uma agenda propositiva e em defesa dos mesmos. No Brasil, esta tendência é percebida com as MPs 664 e 665 de 2014 que reduziram o direito à pensão, ao auxílio reclusão, ao auxílio doença e ao seguro desem-

prego entre outros.

“O Governo Federal, em manifestação de contradição com suas declarações de compromisso em não tocar nos direitos dos trabalhadores, em meio às festividades de fim de ano, enquanto a maioria das atenções estavam afastadas do cenário político surpreendeu a todos com a edição extra do “Diário Oficial da União”, de 30 de dezembro de 2014, com as medidas provisórias (MPs 664/14 e 665/14) que tornam mais rigoroso o acesso da população a uma série de benefícios previdenciários, entre eles o seguro-desemprego e a pensão por morte. A MP 664 trata de mudanças nas regras de pensão e auxílio-doença; a 665 trata de mudanças nas regras do seguro-desemprego, abono e período de defeso do pescador. Ambas padecem do vício da inconstitucionalidade, sob as modalidades

formal e material”, destacou.

Segundo ela, as medidas objetivaram a redução de custo da Previdência Social com ônus para os segurados. Sob o fundamento de que com essas medidas irão economizar R\$ 18 bilhões, retiraram direitos e tiraram de foco das medidas e políticas que se impõem no campo da reforma tributária, no imposto das grandes fortunas, no combate à sonegação, entre outras. Não há justificativa assim para que o ajuste se inicie exatamente pela parcela mais vulnerável da população.

Para Marilinda, “o seminário deixou claro o quanto as/os assistentes sociais se constituem em uma categoria que luta e que pensa um modelo societário e, por consequência, parte fundamental de uma sociedade que resiste”.



Seminário debate a qualidade da formação profissional em Serviço Social

A Comissão de Formação Profissional promoveu Seminário Estadual com o objetivo de debater a qualidade da formação em Serviço Social, em meio ao processo de reformulação da educação superior no País.

O Seminário foi planejado de forma articulada e coletiva envolvendo representantes da Comissão de Formação Profissional/CRESS, ABEPSS, FESSS e ENESSO. Esse foi um diferencial e uma conquista a ser comemorada compreendendo a importância desta interlocução e articulação das entidades representativas da categoria no que se refere ao fortalecimento do Projeto Ético-Político da profissão.

O evento foi realizado no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público e contou com a participação das entidades representativas da categoria: CRESS/RS, FESSS, ABEPSS e ENESSO, profissionais, docentes e estudantes de Serviço Social, totalizando mais de cem participantes.

A mesa de abertura contou com as entidades representativas, seguida da apresentação dos cursos de Serviço Social das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) do RS. Treze UFAs apresentaram um panorama geral de seus cursos, que abarcou os principais eixos norteadores do Projeto Pedagógico, o número de estudantes no momento, números de formandos, a carga horária de estágio, o número de estagiários e campos de estágio, entre outros aspectos. Momento considerado ímpar, para compreendermos a conjuntura da formação em Serviço Social no estado.

Logo após, ocorreu a conferência "Educação Superior e formação profissional em Serviço Social no Brasil:

contradições e desafios", com a Profa. Dra. Larissa Dahmer Pereira (UFF). Ela fez um resgate histórico do ensino superior no Brasil, apontando o privilégio do setor privado (em 1995 – 76% eram privados e, em 2013 – 87% eram privados) e a quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, substituído pela fragmentação e hierarquização entre esses componentes, constituídos no processo de reforma do Estado.

Destacou ainda a expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade em EAD (36% dos alunos de Serviço Social no Brasil estavam, em 2013, na modalidade presencial e 64% desses na modalidade à distância) como tendência à desqualificação profissional. Pontuou a hipótese de um novo perfil profissional, visto que atualmente o curso de Serviço Social se apresenta como terceiro maior curso de Bacharelado na modalidade em EAD. Para a palestrante, a ausência de vivência acadêmica dos estudantes em EAD, que não frequentam uma Universidade e sim um Polo de Apoio Presencial ao EAD, inviabiliza o contato com o movimento estudantil, com vários professores, com matrizes teóricas e políticas diferenciadas, com estudantes de outros cursos e comunidade acadêmica com um todo.

Para a exposição sobre o tema: "A formação em Serviço Social no Rio Grande do Sul: desafios e perspectivas na busca pelo fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional", a Profa.

Dra. Tatiana Reidel apresentou um panorama da formação profissional em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul, resgatando e atualizando dados a partir de sua tese de doutorado.

Destacou, a partir dos dados do MEC de 2015 (<http://www.mec.gov.br>), que atualmente o cenário das UFAs no estado se configura da seguinte forma: 30 Instituições de Ensino no RS, a partir destas Instituições, temos 142 possibilidades de cursar a graduação em Serviço Social e, dessas, 115 são na modalidade EAD (81%) e 27 são presenciais (19%). Os dados demarcaram um avanço significativo do número de cursos de Serviço Social na modalidade em EAD. Como contraponto, Reidel enfatizou a importância, na última década, da criação da primeira unidade de formação pública de Serviço Social no estado do RS, em 2006, seguida da criação de mais duas unidades de formação com essa modalidade de ensino.

Ressaltou a precarização do trabalho docente como um agravante para garantia da qualidade da formação profissional e a importância da articulação coletiva entre a classe trabalhadora nesta luta. A palestrante indicou a necessidade de resistências nesse processo, a serem experimentadas pelos profissionais, docentes e estudantes de Serviço Social, reafirmando o compromisso com o Projeto Ético Político que se materializa no ensino de qualidade, presencial, público, construído na contracorrente do sistema hegemônico vigente.



Entrega coletiva de carteiras estimula participação de novos profissionais

“Uma sala comercial na Rua André Belo, 10.000 Assistentes Sociais Inscritos, uma diretoria eleita democraticamente, um regimento que explicita suas atribuições e uma denominação de Conselho Regional de Serviço Social, não são informações suficientes para expressar a essência do CRESS 10° Região.”



Assim inicia a justificativa do Projeto da Entrega Coletiva de Carteiras, criado em 2014 pela então estagiária Manuela Fonseca, sob a supervisão da Coordenadora Técnica Neide de Lara. O objetivo foi, a partir da observação de que a grande maioria dos/as Assistentes Sociais não tem conhecimento da importância que o CRESS tem para a profissão, apresentar as dimensões fiscalizatórias, burocráticas e políticas do Conselho e convidar para conhecer os

espaços de participação. Desde então, uma vez por mês é realizada a entrega coletiva com dezenas de assistentes sociais sedentos por informação.

Criado no ano de 1963 com a atribuição de meramente fiscalizar e regulamentar a profissão hoje o significado social e a importância do CRESS superaram completamente essa lógica. Em conjunto com os outros conselhos de Serviço Social do país e com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), se constituíram como

espaços onde a categoria pensa e repensa, cria e recria e transforma, tanto seu papel na sociedade, quanto a sociedade em si. É no interior do CFESS, dos CRESS, das Seccionais e dos NUCRESS, que a profissão vai se consolidando e construindo uma identidade própria e se posicionando politicamente perante a sociedade. É através desses espaços que a profissão se renova e traça uma direção com a finalidade de promover uma transformação social.

UM CONSELHO FORTE DEPENDE DE VOCÊ!

#vemprogress

O CRESSRS é uma autarquia federal e tem como única fonte de receita os recursos provenientes das anuidades, taxas e emolumentos referentes à expedição de documentos na secretaria, bem como da venda de materiais publicados pelo Conjunto CFESS-CRESS.

A gestão “O CRESS somos tod@s nós!” assumiu o compromisso de implementar uma política de Gestão de Pessoas, bem como efetivar o PCCR - Plano de Cargos Carreiras e Remuneração para melhorar as condições de trabalho do nosso grupo funcional, além de buscar corrigir índices de reajuste salarial no Acordo Coletivo de Trabalho 2014-2015, frente às perdas

salariais acumuladas nos últimos anos.

Salientamos que nenhum Conselheiro do CRESSRS recebe qualquer espécie de remuneração, outrossim, trata-se de um exercício de militância. Nos últimos anos atingimos um número expressivo de inadimplência, o que pode significar a inviabilidade financeira para a execução das ações do CRESSRS.

Portanto, é fundamental o comprometimento de todos para garantirmos um Conselho Forte e Atuante em defesa do nosso Projeto Ético Político!

Para quitar seus débitos entre em contato:

Sede em Porto Alegre

Emails:

cress10.financeiro1@terra.com.br,
cress10.registros1@terra.com.br e
financeiro@cressrs.org.br ou ligue para (51) 3224-3935;

Seccionais

Caxias do Sul cresscxs@terra.com.br e fone (54) 3228-0624

Pelotas cresspel@terra.com.br e fones (53) 3025-5756 ou 3027-5756.

CRESS promove capacitação aos NUCRESS

Incentivando a participação das/os Assistentes Sociais deste nosso vasto rincão gaúcho, Serra, Litoral, Pampas e Planalto, anualmente o CRESSRS disponibiliza um recurso para Projetos de Capacitação que versem sobre o tema definido pelo Conjunto CFESS/CRESS.

O recurso destinado aos projetos de capacitação são definidos em Assembleia Geral da categoria, dentro do Plano de Metas da gestão para cada exercício. Para o ano de 2015, o tema escolhido foi “Assistente Social: atribuições, competências e defesa das Políticas Públicas”. Com esta temática, cada NUCRESS através de reuniões com seus membros definiu e apresentou projetos de capacitação.

Dos 30 Núcleos existentes, 16 apresentaram seus projetos. Os respectivos NUCRESS e seus projetos estão na tabela ao lado.

Neste ano constituiu-se uma Comissão de Avaliação dos Projetos de Capacitação, formada pela Assessora Técnica, Fabiana Beretta Bialoglowka e pelas Conselheiras do CRESS, Vilma Pimentel Siqueira, Loiva Mara de Oliveira Machado e Roberta Rama de Brito. Visando antecipar a realização dos projetos, o prazo limite definido para a apresentação encerrou-se em 30 de Março e o prazo para retorno aos NUCRESS foi de 30 de Abril. Àqueles NUCRESS que apresentaram dentro do prazo, mas que haviam necessidades de retificações, o prazo foi estendido até 30 de Maio e a Comissão dará o retorno até 30 de Junho.

Avaliamos que os Projetos de Capacitação são uma forma importante de educação/formação permanente e uma forma de retorno para a categoria do valor das anuidades, que reverterem em prol das qualificação do exercício profissional e do fortalecimento da dimensão coletiva da profissão. #vemprocess

| NOME DO NUCRESS | TÍTULO DO PROJETO | STATUS |
|-----------------------------|--|--------------------------------------|
| Alegrete | Serviço Social, Competências, Atribuições Privativas e Políticas Públicas. | Aprovado |
| Região Centro | Metodologia de Trabalho com Famílias | Aprovado |
| Novo Hamburgo | Relação da família com a intervenção do Assistente Social | Aprovado |
| Planalto Médio | Assistente Social: atribuições e competências na construção de caminhos para efetivação das políticas públicas | Aprovado |
| Santo Ângelo | Capacitando Assistentes Sociais | Aprovado |
| Ijuí | Capacitação em processo de trabalho do Assistente Social do município de Ijuí e região | Aprovado |
| Litoral Norte | Grupo como Estratégia de Intervenção dentro das Competências de atuação e atribuições do Assistente Social | Aprovado |
| Região dos Vinhedos | Assistente Social: atribuições e competências nas áreas da assistência social, saúde, educação e terceiro setor. | Aprovado |
| Sem Fronteiras | Identidade Profissional: A Política de Assistência Social x Assistencialismo | Aprovado |
| Alto da Serra do Botucaraí | Capacitação NUCRESS Alto da Serra do Botucaraí: aliando conhecimento, fortalecendo a categoria! | Sob análise da Comissão de Avaliação |
| São Leopoldo | A Participação dos Assistentes Sociais no Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social de São Leopoldo | Sob análise da Comissão de Avaliação |
| Alto Uruguai | Atribuições e Competências do Assistente Social na defesa das Políticas Públicas | Sob análise da Comissão de Avaliação |
| Canoas | Projeto de Formação para os (as) Assistentes Sociais do Município de Canoas | Sob análise da Comissão de Avaliação |
| Vale do Rio Pardo/AMC Serra | Limites e desafios do Assistente Social na garantia do acesso as políticas públicas | Sob análise da Comissão de Avaliação |
| Amuceleiro | “Assistente Social Atribuições, competências e Defesa das Políticas Públicas” | Sob análise da Comissão de Avaliação |
| Vale do Taquari | “Aproximando-se para fortalecer nossa atuação Profissional” | Sob análise da Comissão de Avaliação |

Seccionais contratam agentes fiscais e organizam rodas de conversa

Com o objetivo de melhor atender a categoria no Interior do estado, o CRESSRS contratou duas novas agentes fiscais para as Seccionais de Caxias do Sul e Pelotas.

Com as contratações, as Seccionais visam fortalecer a função precípua do Conselho, qualificando as ações da Comissão de Orientação e Fiscalização. Também buscam efetivar a Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS/CRESS, em especial da dimensão pedagógica desta fiscalização.

Além disso, as gestões das Seccionais estão realizando atividades de formação aos assistentes sociais. Proposto a partir do 9º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais (EGAS), a Seccional CRESS-Pelotas promoveu no dia 23 de maio uma roda de conversa com participação

de 70 profissionais e estudantes no CTG União Gaúcha. A Gestão “Todas as Vozes” Seccional-Pelotas buscou refletir sobre o tema do 9º EGAS: “Assistentes Sociais: atribuições, competências e defesa de políticas públicas”.

O encontro contou com a presença do presidente do CRESS 10ª Região, Alberto Terres, que saudou a todas/os e falou sobre a atuação do Conselho. Também participou a Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva (UCPEL) que apresentou os principais pontos debatidos no 9º EGAS, da Profa. Dra. Mara Rosange Acosta de Mediros (UCPEL) que falou sobre sua pesquisa em Progra-

mas de Transferência de Renda e do Projeto Ético Político da profissão, e da A.S. Gabriela Spotorno (FURG) que contribuiu com debate sobre atuação profissional nos campos da educação e saúde. A mediação foi feita pela A.S. Gisele Hillal da Silva (Seccional CRESSRS-Pelotas/CAVG).

Já a Seccional de Caxias do Sul realizou roda de conversa sobre “Ética e Serviço Social” no dia 5 de dezembro. O evento contou com a presença da Profª Dra. Berenice Rojas Couto e do presidente do CRESS/RS, Alberto Terres. Cerca de 55 profissionais e 20 estudantes da região participaram do debate.

As políticas públicas e o trabalho em tempos de crise

Aline Aiko Yoshida Galvão*

Acompanhando a discussão sobre as atribuições e competências profissionais do assistente social na defesa das políticas públicas, estamos assistindo mais uma vez, na centralidade de um período de crise no momento político brasileiro, movimentos de avanços e retrocessos das políticas públicas que materializam o acesso aos direitos sociais. Estas políticas, frutos de conquistas por lutas históricas da classe trabalhadora enfrentam riscos no vai-e-vem histórico das relações de poder atravessadas pela ofensiva neoliberal que resulta em um Estado omissivo na sua responsabilidade de promover a justiça social, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988.

O Serviço Social não se permite estar alheio a todos estes movimentos históricos, quanto profissão que vive, processualmente, metamorfoses/alterações que se relacionam de forma mediata ou imediata com os rumos da realidade, determinadas quer pelas profundas transformações produzidas pelo capitalismo, quer pelas mudanças na formação da sociabilidade das classes, ambos mediando a intervenção do Estado (MOTA, 2014, p. 695).

Em meio à análise deste momento político, é necessário fazer o resgate que nos leva ao marco inicial da construção das políticas públicas como concepção de direito do ser humano e de dever do Estado. As reformas cidadãs, fruto da efervescência das lutas reali-

zadas pelos movimentos sociais da classe trabalhadora simultaneamente enfrentaram medidas que buscavam favorecer novamente o livre mercado e a redução do papel deste Estado, provocando o desmonte e a privatização gradativa das políticas públicas e a flexibilização das relações trabalhistas.

Como resultante desta ordem do capital que estabelece novas formas e estratégias de exploração da força de trabalho, presenciamos com perplexidade, a votação do PL 4.330/04, que regula a atividade das empresas terceirizadas no Brasil, e com mais perplexidade ainda, a aprovação feita às pressas na Câmara dos Deputados, esta mesma casa que estaria a serviço do povo, a serviço do trabalhador. Nos assombram as projeções de reduções salariais, de perda de vínculos empregatícios, de precarização de condições de trabalho e da invisibilidade crescente do trabalhador brasileiro enquanto sujeito de direitos.

Pensemos agora nas políticas públicas de Educação, Saúde, Previdência e Segurança Pública, não apenas enquanto agentes materializadores da proteção social, sejam universais, contributivas ou para os que delas necessitem, mas pensemos nestas políticas como espaços de relações de trabalho, e que a precarização destes trabalhadores possui atravessamentos diretos na fragilização das políticas públicas como um todo. Como garantir direitos sem ter seus direitos garantidos?

A atual conjuntura do nosso país que reflete nas demais esferas de atuação do Estado evidencia a

necessidade de reavaliar as estratégias de mobilização política por parte dos assistentes sociais, enquanto trabalhadores que são, com vistas ao enfrentamento às expressões oriundas das transformações da nossa sociedade cada vez mais precarizada e flexibilizada pelas relações de mercado para os serviços sociais e pelo lógica toyotista que se introjeta na divisão do trabalho, cujo modelo de organização migra da esfera privada para a pública. E o papel do Estado? Que Estado queremos e que Estado realmente temos? Como interpretar a nebulosa relação entre um Estado que se omite aos interesses do povo, mas é interventor para os interesses do capital.

É necessário resgatar em nosso projeto e em nossa identidade profissional os entraves e as possibilidades para buscar ações realmente transformadoras, que defendam os direitos da classe trabalhadora, sempre atentos às relações frágeis que enfrenta o nosso Bem-Estar Social, em detrimento a um Estado mínimo, que privilegia taxas de lucro ao invés do desenvolvimento humano. O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, não escapa de sofrer os deslocamentos na gestão do trabalho que moldam e redefinem as atribuições e competências da profissão (RAICHELIS, 2013), e se depara com desafios no compromisso profissional na garantia dos direitos e da cidadania.

*Mestranda em Serviço Social pela PUCRS e 2ª Tesoureira do CRESS